



DA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE À PESQUISA-AÇÃO EM COMUNICAÇÃO: pressupostos epistemológicos e metodológicos *

Cicilia Maria Krohling Peruzzo

Resumo:

O presente texto enfatiza a pesquisa participante na área da comunicação social. Objetiva-se resgatar os principais aspectos teórico-metodológicos acerca da pesquisa participante de modo a evidenciar as suas diferentes modalidades, da observação etnográfica à pesquisa engajada ou pesquisa-ação. Trata-se de um estudo baseado em pesquisa bibliográfica. Conclui-se que as controvérsias acerca da validade ou não das pesquisas qualitativas, e especialmente da pesquisa participante, se assentam em bases epistemológicas da ciência que caracterizam todo um debate sobre o papel da ciência e da universidade na sociedade que ganhou grande expressividade no Brasil nos anos de 1980.

Palavras-chave: pesquisa participante, etnografia, epistemologia, comunicação, metodologia.

Introdução

A pesquisa participante causou impacto nos estudos de comunicação social nos anos de 1980 e início da década de 1990, para em seguida passar a ser menos prestigiada no universo da pesquisa acadêmica na área da comunicação no Brasil. A crise dos paradigmas marxistas certamente contribuiu para tal ocorrência. Passados alguns anos, há indícios de que reacende o interesse por esta metodologia de pesquisa.

A metodologia da pesquisa participante não tem sido amplamente apresentada e discutida nos manuais e em outras obras que se ocupam de métodos e técnicas de pesquisa no Brasil, o que dificulta o conhecimento sobre suas potencialidades, métodos e limitações. Quando o tema é tratado teoricamente, não é raro que o seja feito com vieses de cunho preconceituoso. Há ainda uma dificuldade no que se refere a discrepâncias conceituais e no uso dos termos “observação participante”, “pesquisa participante” e “pesquisa-ação”, o que procuraremos elucidar.

* Apresentado no III Colóquio Brasil-Itália de Ciências da Comunicação, realizado em Belo Horizonte – MG nos dias 2 e 3 de setembro de 2003. Promoção: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.



A pesquisa participante tem aplicação em várias áreas do conhecimento, como na educação, na antropologia, na sociologia, na administração¹, no serviço social, e na comunicação social, em cujo universo delimitaremos nossa abordagem.

O sentido, ou a razão de ser, da pesquisa participante

A pesquisa participante consiste na inserção do pesquisador no ambiente natural de ocorrência do fenômeno e de sua interação com a situação investigada.

Tomando por base as definições clássicas de pesquisa participante formuladas por Eduard C. Lindeman², Morris G. Schwartz³, Florence Kluckhohn⁴ e Severyn T. Bruyn⁵, Teresa Maria Frota Haguete (1990, p.61-63), observa que cada autor indica um componente específico essencial da pesquisa participante. Tomamos a liberdade de juntá-los como forma de propiciar uma caracterização introdutória das estratégias de inserção do pesquisador no ambiente estudado, nesse tipo de pesquisa. A pesquisa participante consiste em:

- a) Presença constante do observador no ambiente investigado para que ele possa “ver as coisas de dentro”.
- b) O investigador compartilha de modo consistente e sistematizado das atividades do grupo ou do contexto que está sendo estudado. Ou seja, ele se envolve nas atividades, além de compartilhar “interesses e fatos”.
- c) Há autores, como Mead e Kluckhohn, que chegam a falar na necessidade do pesquisador “assumir o papel do outro” para poder atingir “o sentido de suas ações” (Haguete, 1990, p.63).

Estes componentes são fundamentais para compreender a pesquisa participante. Podem ser tomados como a base de seus procedimentos metodológicos, no entanto é conveniente se observar que há diferentes modalidades de pesquisa participante, as

¹ Na área da administração ela passa a despertar mais interesse a partir da incorporação dos estilos de gestão participativa na área empresarial.

² LINDEMAN, E.C. **Social Discovery**: an approach to the study of functional groups. N. York: Republic Publishing Co., 1924.

³ SCHWARTZ, Morris S. & SCHWARTZ, Charlotte Green. **Problems in participant observation**. In: ‘American Journal of Sociology, 60, 1955.

⁴ KLUCKHOHN, F. **The participant**: observer technique in small communities. In: American Journal of Sociology, 46, 1940.

⁵ BRYN, S.T. **The human perspective in sociology. The methodology of participant observation**. N. Jersey: Prentice-Hall, Inc. Englewood Cliffs, 1966.



quais serão explicitadas adiante, e que os componentes acima dão conta apenas de duas dessas modalidades, a da observação participante e da pesquisa participante propriamente dita. Se quisermos completar o quadro, teríamos que incluir os pressupostos da pesquisa-ação, ou seja: o pesquisador, não só compartilha do ambiente investigado, mas possibilita que o investigado participe do processo de realização da pesquisa e que os resultados se revertam em benefício do próprio grupo pesquisado.

Por outro lado, muito se avançou no debate sobre as estratégias de inserção do pesquisador no ambiente pesquisado, resultando por exemplo numa visão, ao que parece até consensual, de que não há necessidade do pesquisador “se confundir” com os pesquisados, ou camuflar a sua real origem e situação no mundo, para poder captar as manifestações intrínsecas ao fenômeno e o sentido das ações do outro. Aliás, não há dúvidas de que mesmo querendo passar-se por outro, o pesquisador sendo estranho ao ambiente pesquisado, nunca será idêntico aos observados até porque sua própria história e o seu modo de ver o mundo serão diferentes.

O contexto da incorporação da pesquisa participante nos estudos de comunicação no Brasil

Foi na década de 1980 e início dos anos 1990 que a metodologia da pesquisa participante galgou expressiva presença nos estudos de comunicação no Brasil, por influência de publicações sobre essa metodologia de pesquisa provenientes da área da sociologia⁶ e da educação.

Também nestas áreas, segundo Marcela Gajardo (1987, p.39), a pesquisa participante – no estilo participação engajada de investigação social e relacionada a prática educativa⁷ –

⁶ Especialmente os livros “*Pesquisa participante*”, organizado por Carlos Rodrigues Brandão (1981) e “*Repensando a pesquisa participante*”, também organizado pelo mesmo autor (1987). É da década de 1980 também a disponibilização do livro de Michel Thiollent sobre “*Metodologia da pesquisa-ação*” (já em terceira edição em 1988). Thiollent também publicou artigos sobre pesquisa ação na *Revista Comunicação & Sociedade*, em 1983, e no livro *Teoria e pesquisa em Comunicação: panorama latino-americano*, organizado por José Marques de Melo (1983).

⁷ Já que a observação participante no estilo etnográfico, sem dúvida nenhuma, remonta a tempos anteriores.

“surge, conceitual e metodologicamente, no início da década de oitenta, quando a realidade de um número importante de sociedades latino-americanas se caracteriza pela presença de regimes autoritários e modelos de desenvolvimento manifestadamente excludentes, no aspecto político, e concentradores, no aspecto econômico”.⁸

Trata-se de um momento da história do Brasil em que se vive um clima sócio-político marcado por três grandes movimentos na história do País: o acirramento dos conflitos e crescente descontentamento com o status-quo; a efetivação da abertura política, em decorrência do declínio da ditadura militar; e a vontade pública de mudança (transformação) social. A participação política e o fim das desigualdades sociais eram as demandas explicitadas pelo conjunto da sociedade, depois de longos anos de regime político de exceção. Neste contexto, a universidade repensa o seu papel na sociedade e a discussão sobre a epistemologia da ciência encontra um campo fértil.

Chega-se a admitir que “a potencialidade da pesquisa participante está precisamente no seu deslocamento proposital das universidades para o campo concreto da realidade. Este tipo de pesquisa modifica basicamente a estrutura acadêmica clássica na medida em que reduz as diferenças entre objeto e sujeito do estudo. Ela induz os eruditos a descer das torres de marfim e a se sujeitarem ao juízo das comunidades em que vivem e trabalham, em vez de fazerem avaliações de doutores e catedráticos” (FALS BORDA, 1981, p.60).

Na academia ganha força a negação da pesquisa de cunho positivista, enquanto única modalidade válida de pesquisa científica. Há todo um debate sobre os limites dos estudos baseados em variáveis verificáveis matematicamente e sobre a não neutralidade da ciência. Portanto, há enormes controvérsias sobre os paradigmas positivistas que buscam a objetividade científica como único parâmetro para qualificar o conhecimento como científico.

Como explica Augusto N. S. Triviños (1990; 39), o positivista “reconhecia apenas dois tipos de conhecimentos autênticos, verdadeiros, legítimos; numa palavra, *científicos*: o *empírico*, representado pelos achados das ciências naturais, o mais importante de ambos; e o *lógico*, constituído pela lógica e pela matemática”.

Orlando Fals Borda (1981, p.43) adverte que

não deveríamos fazer da ciência um fetiche, como se fosse uma entidade com vida própria, capaz de reger o universo e de determinar

⁸ Marcela Gajardo (1987, p.17), atribuindo o dito a R. Zuñica, diz que reivindica-se para Paulo Freire o título de “criador” de um estilo alternativo de pesquisa e ação educativa.

a forma e o contexto de nossa sociedade, tanto presente quanto futura. [...] A ciência é apenas um produto cultural do intelecto humano que responde a necessidades coletivas concretas – inclusive aquelas consideradas artísticas, sobrenaturais e extracientíficas – e também aos objetivos específicos determinados pelas classes sociais dominantes em períodos históricos precisos. Todos sabem que a ciência é construída pela aplicação de regras, métodos e técnicas sujeitas a certo tipo de racionalidade convencionalmente aceita por uma pequena comunidade de indivíduos chamados de cientistas que, por serem humanos, estão por isso mesmo, sujeitos a motivações, interesses, crenças e supertições, emoções e interpretações do seu envolvimento social, cultural e individual. Conseqüentemente, não pode haver valores absolutos no conhecimento científico porque este irá variar conforme os interesses objetivos das classes envolvidas na formação e na acumulação de conhecimento.

Portanto, a pretendida neutralidade científica é uma falácia. Primeiro, porque mesmo o conhecimento objetivo não está imune a distorções como aquelas provenientes das situações artificiais criadas para a pesquisa, como por exemplo nos experimentos, e dos instrumentos utilizados para a coleta de dados. Um questionamento pode conter perguntas incompreendidas, o que gera respostas duvidosas. Pode também forçar o entrevistado a se posicionar sobre questões que a pessoa ainda não tem opinião formada ou informação suficiente para poder dar respostas fidedignas⁹. Segundo, porque como foi explicitado na fala acima, nenhum pesquisador está imune a valores, ideologias e posições políticas, que de algum modo perpassam suas escolhas teóricas e metodológicas e as interpretações de dados.

Paulo Freire já disse em 1978 que “toda neutralidade proclamada é sempre uma escolha escondida, na medida em que os temas, sendo históricos, envolvem orientações valorativas dos homens na sua experiência existencial” (1978, p.89).

Em outro nível, as críticas feitas às pesquisas de cunho positivista, apontam tratar-se de um tipo de pesquisa preocupada em atingir apenas a aparência dos fenômenos sociais, o que se apresenta à verificação e/ou a experimentação; e que não reconhece que há domínios *qualificáveis* e não só domínios *quantificáveis* (Triviños, 1990; p.129).

Michel Thiollent, em estudo sobre a pesquisa de opinião (1987, p.16-17) sintetiza as críticas ao referido modelo: a) É criticado o caráter anti-histórico ou anti-dialético dos procedimentos que pretendem captar a realidade social a partir de uma “fotografia”

* Apresentado no III Colóquio Brasil-Itália de Ciências da Comunicação, realizado em Belo Horizonte – MG nos dias 2 e 3 de setembro de 2003. Promoção: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.



instantânea da opinião pública sem problematizar o que é opinião pública. A sociedade chega a ser considerada como adição de indivíduos e as ideologias e as culturas como adição de opiniões e comportamentos individuais etc. b) A concepção empirista também é criticada pelo fato de desprezar a elaboração teórica e de supervalorizar a observação concebida em moldes positivistas. Os sociólogos empiristas pretendem construir teorias não a partir de problemáticas prévias, mas sim a partir do processamento de dados de onde deveriam surgir os conceitos, as hipóteses e as teorias entendidas como generalizações de hipóteses empiricamente comprovadas. Afinal, todas essas operações sempre são alimentadas por uma problemática implícita, muitas vezes ideológica.

Portanto, como se pode observar, o contexto em que a pesquisa participante ganha expressividade no País é de efervescência na sociedade e na academia, em que alguns dos pressupostos teórico-metodológicos são postos sob suspensão e ao mesmo tempo buscam-se novos paradigmas. Os pesquisadores se interessam em fazer algo diferente, em realizar pesquisas que possam contribuir com a sociedade, e especialmente para solucionar graves problemas provenientes das contradições de classe e, contribuir para promover a mudança social. Uma luz brota das possibilidades explicitadas pela pesquisa qualitativa, que entre suas metodologias, oferece a pesquisa participante. Nessa perspectiva, vão encontrar respaldo no método dialético (ou do materialismo histórico dialético nas correntes de esquerda), que possibilita a captação do fenômeno em todas suas dimensões constitutivas, desde sua história e dinamicidade até as múltiplas determinações inerentes de qualquer fenômeno.

Acredita-se que uma pesquisa ancorada na dialética possa captar o fenômeno em sua complexidade e profundidade, ou seja, as origens do fenômeno, suas partes constitutivas, os significados e as transformações sofridas. Em outras palavras, procura captar o “movimento” e nele compreender a essência e todas as dimensões do fenômeno. Em última instância, procura-se dizer que há mais coisas a compreender e não apenas aquilo que pode ser

⁹ Ver o texto de Pierre Bourdieu “A opinião pública não existe” (1987).



verificado estatisticamente. O que não significa que se negue a validade do dado quantitativo, pelo contrário ele é importante para demonstrar determinadas dimensões e proporções impossíveis de se conhecer de outro modo. A questão central, no nosso modo de ver, é que não se pode desconsiderar os limites que lhe são inerentes, nem aceitar a idéia de que somente a informação quantificável ou gerada sob controles laboratoriais rigorosos possa ter valor científico no campo das ciências sociais.

Pesquisa participante na área da comunicação

Na área da comunicação social, a pesquisa participante passa a ser uma das metodologias usadas, a partir de duas motivações: a) Realização de uma pesquisa inovadora de caráter qualitativo que permitisse atingir elevado grau de profundidade. Portanto, trata-se de uma posição advinda de todo um debate que se trava no campo da epistemologia da ciência, conforme apontamos antes e será retomado mais adiante. b) Preocupação em dar um passo adiante em relação aos estudos críticos – do tipo pesquisa denúncia - dos meios de comunicação, que já não satisfazem mais uma ala dos pesquisadores. Ou seja, propõe-se ir além da constatação crítica sobre as manipulações da mídia e seu poder de influência, cujos estudos se ancoram nos referenciais teóricos da teoria crítica de tradição frankfurtiana, e ao mesmo tempo, contribuir para o avanço da pesquisa em comunicação e para a transformação social. O sentido deste tipo de pesquisa, construído informalmente, era de “não só denunciar, mas agir”, de extrapolar os muros da universidade e do debate puramente abstrato para o chão dos acontecimentos sociais que envolviam a criação de alternativas comunicacionais nas classes populares. Junta-se pois, a intenção também presente em outras áreas de conhecimento de não se fazer pesquisa pela pesquisa, mas de fazer uma pesquisa que pudesse contribuir para no processo de mudança social.

Nessa perspectiva, a pesquisa participante na área da comunicação social, adquire quatro finalidades:

- a) Observar fenômenos importantes, especialmente os ligados a experiências populares de comunicação voltadas para o desenvolvimento social, que estavam até então ausentes da pesquisa acadêmica no Brasil.
- b) Realizar estudos de recepção de conteúdos da mídia que ultrapassassem os padrões então vigentes - como os estudos de audiência e as hipóteses sobre os efeitos

implacáveis dela das pessoas – e pudessem enxergar os mecanismos de apropriação de mensagens ou mesmo de re-elaboração de mensagens partindo dos pressupostos da existência de interferência de outras fontes na formação da representação da realidade. Tal perspectiva teórica se desenvolve rapidamente e passa a assumir os contornos atualmente delineados como mediações no processo de recepção.

- c) Que os resultados da pesquisa – ou até mesmo o seu processo de realização – pudessem retornar ao grupo pesquisado e serem aplicados em seu benefício. Por exemplo, a pesquisa poderia se propor contribuir para resolver problemas de comunicação nas comunidades e/ou ajudar na melhoria das condições de existência dos grupos pesquisados.

Entre as pesquisas inovadoras na área da comunicação que podem demonstrar as tendências acima referidas, estão alguns dos estudos elaborados pelos brasileiros como Zaida M. C. Cavalcanti¹⁰, Regina Dalva Festa¹¹, Carlos Eduardo Lins da Silva¹², Maria Salett Tauk dos Santos¹³, Pedro Gilberto Gomes¹⁴; Luiz Fernando Santoro¹⁵, Denise Cogo¹⁶ e Cicilia Maria Krohling Peruzzo¹⁷; a colombiana Esmeralda Villegas Uribe¹⁸; os argentinos Maria Cristina Mata¹⁹ e Eduardo A. Vizer²⁰; o uruguaio Mário Kaplún²¹; e a peruana Rosa Maria Alfaro²², entre muitos outros.

¹⁰ CAVALCANTI, Zaida M.C. Metodologia participativa para uma pesquisa-ação: projeto Tamandaré. In: MARQUES DE MELO, José (Coord.). **Pesquisa em comunicação no Brasil: tendências e perspectivas**. São Paulo: Cortez/CNPq/INTERCOM, 1983.

¹¹ FESTA, Regina D. **Comunicação popular e alternativa. A realidade e as utopias**. São Bernardo do Campo.: IMS, 1984. (Dissertação de mestrado – Comunicação Social)

¹² SILVA, Carlos E. Lins da. **Muito além do Jardim Botânico**. São Paulo: Summus, 1985.

¹³ SANTOS, Maria Salett Tauk. **Igreja e pequeno produtor rural: a comunicação participativa no programa CECAPAS/SERTA**. São Paulo: ECA-USP, 1984. (Tese de Doutorado – Comunicação Social)

¹⁴ GOMES, Pedro G. **O jornalismo alternativo no projeto popular**. São Paulo: Paulinas, 1990.

¹⁵ SANTORO, Luiz F. **A imagem nas mãos**. São Paulo: Summus, 1989.

¹⁶ COGO, Denise Maria. **No ar... uma rádio comunitária**. São Paulo: Paulinas, 1998.

¹⁷ PERUZZO, Cicilia M.K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. São Paulo: Vozes, 1998.

¹⁸ VILLEGAS Uribe, Esmeralda. **A rádio popular da Vila Nossa Senhora Aparecida: uma proposta de comunicação popular**. São Bernardo do Campo: UMESP, 1997. (Dissertação de mestrado)

¹⁹ MATA, Maria Cristina. A pesquisa-ação na construção do alternativo. In: MARQUES DE MELO, José. **Teoria e pesquisa em comunicação: panorama latino-americano**. São Paulo: Cortez/Intercom, 1983.

²⁰ VIZER, Eduardo A. **La trama (in)visible de la vida social: comunicación, sentido y realidad**. Buenos Aires: La Crujía, 2003.

²¹ KAPLÚN, Mario. El estudio de la recepción: un área prioritaria de investigación-acción ante los nuevos desafíos. In: MARQUES DE MELO, José (Coord.) **Comunicación latinoamericana: desafíos de la investigación para el siglo XXI**. São Paulo: ALAIC/ECA-USP, 1992.

²² ALFARO, Rosa Maria. **Comunicación, ciudadanía, espacio local**. Buenos Aires: Centro Buena Tierra, 2000.

Esclarecendo os conceitos de pesquisa participante

Até esta altura do texto falamos de pesquisa participante de maneira genérica, cientes de que, como diz Marcela Gajardo (1984, p.16) “não existe uma única maneira de definir” tal tipo de pesquisa. “É necessário reconhecer que a existência de tradições de pensamento distintas e de práticas de pesquisa diversas conferem alcances e significados diferenciados às atividades que se desenvolvem sob o mesmo rótulo: pesquisa participante ou investigação participativa” (CAJARDO, 1987, p.16).

Contudo, a tendência predominante, na produção teórica da década de 1980 sobre o assunto, é considerar pesquisa participante como aquela baseada na interação ativa entre pesquisador e grupo pesquisado e, principalmente, na conjugação da investigação com os processos mais amplo de ação social e de apropriação coletiva do conhecimento, com a finalidade de transformar o povo em sujeito político.

Nesta fase pouco se fala de observação participante, modalidade já tradicional nos campos da antropologia e da sociologia, pois os autores se centram numa nova proposta de pesquisa, numa alternativa de investigação, majoritariamente vinculada a setores populares e visando sua inclusão social como atores do processo de conhecimento e beneficiários dos resultados encontrados.

No entanto, mesmo dentro desta última perspectiva há estilos diferentes de pesquisa, como já ressaltamos acima. Para não deixar dúvidas sobre essas diferenças, recorremos a Michel Thiollent (2003, p.15), que diz: “toda pesquisa-ação é do tipo participativo: a participação das pessoas implicadas nos problemas investigados é absolutamente necessária. No entanto, tudo o que é chamado pesquisa participante não é pesquisa-ação”²³.

A clareza da afirmação acima parece não refletir na produção bibliográfica disponível que reflete a existência da não uniformidade nos pressupostos teórico-metodológicos e nem nas práticas de pesquisa. É comum encontrarmos estilos e propostas diferentes sendo chamadas de pesquisa participante ou de pesquisa-ação, sem as devidas distinções. Os processos metodológicos que para alguns são típicos da pesquisa-ação, outros os tomam como

²³ Isso porque, continua o autor: “ pesquisa participante é em alguns casos, um tipo de pesquisa baseado numa metodologia de observação participante na qual os pesquisadores estabelecem relações comunicativas com pessoas ou grupos da situação investigada com o intuito de serem melhor aceitos. Nesse caso, a participação é

sendo pesquisa participante²⁴. Há ainda quem não diferencie pesquisa-ação de pesquisa participante, nem esta última da observação participante. Por outro lado, há também estudos empíricos que, ao relatarem os procedimentos metodológicos utilizados, dizem se tratar de pesquisa-ação, mas que se submetidos aos conceitos teóricos, se caracterizariam melhor como sendo pesquisa participante.

Visando contribuir para elucidar tais imprecisões apresentamos três grandes modalidades que, a nosso ver, englobam a pesquisa participante. Ressaltamos que cada modalidade possui traços específicos que a diferencia das demais, embora todas sejam “pesquisa participante”, visto que tem como estratégia metodológica em comum, a inserção do pesquisador no ambiente pesquisado e o compartilhamento deste na situação vivida pelo grupo ou comunidade, com propósitos investigativos. A seguir apontamos as três modalidades acima referidas e suas respectivas características:

a) **Observação participante:**

- O pesquisador se insere, participa de todas atividades do grupo²⁵ pesquisado, ou seja ele acompanha e vive (com maior ou menor intensidade) a situação concreta que abriga o objeto de sua investigação. Porém, o investigador não “se confunde”, ou não se deixa passar por membro do grupo. Seu papel é de observador. Exceto em situação extrema, em que o pesquisador, por opção metodológica, decide deixar-se passar por membro do grupo²⁶, acreditando ser a melhor forma de poder captar as reais condições e sentimentos do investigado²⁷.

sobretudo participação dos pesquisadores e consiste em aparente identificação com os valores e os comportamentos que são necessários para a sua aceitação pelo grupo considerado”.

²⁴ Ver por exemplo: BOTERF, Guy de. **Pesquisa participante**: propostas e reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). Repensando a pesquisa participante. 3^a.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.51-81

²⁵ Referimo-nos a “grupo” por uma questão de facilidade de linguagem, mas deve-se entender também comunidade, bairro, instituição, departamento ou qualquer outra designação que se adeque à cada investigação.

²⁶ Tornar-se operário da construção civil, por exemplo, como forma de estudar as condições de trabalho e o relacionamento entre patrões e empregados. Ver “A difícil vida fácil”, livro publicado tendo por base uma pesquisa realizada em zona de prostituição em que a pesquisadora se deixou passar por prostituta.

²⁷ Trata-se de uma proposta já não muito aceita atualmente por se acreditar que mesmo que o pesquisador consiga viver a situação do outro, nunca deixará de ser quem ele realmente é, portanto não haveria como eliminar diferenças ou sentir e perceber do mesmo modo que o outro. Há ainda toda uma questão ética envolvendo o direito das pessoas saberem quando estão sendo investigadas. Por outro lado, acredita-se que com o avanço da ciência não é preciso camuflar-se para obter informações e dados necessários à pesquisa.



- O pesquisador é autônomo. O “grupo” ou qualquer elemento do ambiente, não interfere na pesquisa, do ponto de vista da formulação dos objetivos e demais fases do projeto, nem sobre o tipo de informações registradas e interpretações dadas ao observado.
- O observador pode ser “encoberto” ou “revelado”. O que quer dizer que o grupo pode ter ou não conhecimento de que está sendo investigado.

Este tipo de pesquisa tem sua origem nos estudos sobre comunidades desenvolvidas por antropólogos e que se tornou conhecida como investigação etnográfica. “Os pesquisadores perceberam rapidamente que muitas informações sobre a vida dos povos não podem ser quantificadas e precisavam ser interpretadas de forma muito mais ampla que circunscrita ao simples dado objetivo. Isto não significou, de começo, o abandono de posicionamentos teóricos funcionalistas e positivistas” (TRIVIÑOS, 1990, p.120).

Ressaltamos pois, que nem toda pesquisa baseada na observação participante, que também pode ser denominada de pesquisa etnográfica, é realizada sob os parâmetros do método dialético.

Como está em GALINDO CÁCERES (1998, p.348-349), a etnografia teve origem na Europa do século XIX e nela se confluem duas perspectivas no programa positivo da ciência: como grande inventário do que se configura como social, buscando identificar o que pode levar a certas leis universais, e o encontro entre o racionalismo e o empirismo que resulta numa perspectiva metodológica teóricos como guia de reconhecimento dos fenômenos sociais²⁸.

Se na área da antropologia a investigação etnográfica está interessada em elaborar mapas descritivos dos modos de vida dos territórios estudados, a composição familiar, suas rotinas e todas as demais dimensões da vida cotidiana e do mundo da cultura, na área da comunicação ela tem sido usada para analisar os fenômenos comunicacionais, principalmente dos processos de recepção de mensagens dos meios de comunicação de massa.

Nos anos recentes a observação participante realizada para investigar fenômenos de

²⁸ Tradução da versão em espanhol feita pela autora.



comunicação em comunidades ou regiões tem sido chamada de etnografia de mídia, etnografia de audiência ou de etnografia de recepção.

É um tipo de pesquisa que consiste na “observação participativa de segmentos do processo de comunicação de massas com a finalidade de descobrir os comportamentos, os usos e as interpretações que faz o público dos meios de comunicação social” (SAPERAS, 1998, p.163)²⁹.

Segundo Erick Saperas (1998, p.164), o interesse da etnografia aplicada à pesquisa de comunicação é formar um modelo de investigação de caráter não contextual destinado a descrever como se produzem os atos de comunicação em distintas situações. Em geral, se analisa a recepção dos meios de comunicação tentando observar a situação em que se produz esta recepção e os usos sociais da mídia.

A tendência predominante de aplicação da investigação etnográfica na área da comunicação tem sido no estudo da recepção televisiva, principalmente da telenovela. Ente alguns trabalhos de destaque estão os de James Lull³⁰, Ondina Fachel Leal³¹, Jorge Gonzales³², Guillermo Orozco Gomes³³, Thomas Tufte³⁴, Nilda Jacks³⁵, Olga Guedes³⁶, e do Núcleo de Telenovela³⁷ da Universidade de São Paulo.

A observação participante - ou investigação etnográfica – realizada com a finalidade de observar comportamentos das pessoas em relação aos meios de comunicação pressupõe a inserção do pesquisador no ambiente investigado (uma família, uma gangue, um grupo

²⁹ Tradução da versão em espanhol feita pela autora.

³⁰ LULL, James. **World families watch television**. Califórnia: Newbury Park, 1988; LULL, James. **Inside family viewing**. Nova York, Routledge, 1990.

³¹ LEAL, Ondina F. A leitura social da novela das oito. 2^a.ed. Petrópolis, Vozes, 1990.

³² GONZALES, J. Para um protocolo de observación etnográfica de los usos diferenciales y los modos de ver las telenovelas. In: **Estúdios sobre culturas contemporâneas**, n.1, Colima, 1986.

³³ OROZCO GOMES, Guillermo. **Televisión y audiências: um enfoque qualitativo**. Madrid: Ediciones de La Torre / Universidad Iberoamericana, 1996. Ver outros textos do autor.

³⁴ TUFTE, Tomas. Media ethnography – analysis of the use and consumption of media flow in everyday life. In: Paper apresentado no GT Ficção Televisiva, XVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. INTERCOM. Aracaju, 1995. Ver outros textos do autor.

³⁵ JACKS, Nilda & TUFTE, Tomas. Televisão, identidade e cotidiano. In: RUBIM, Antonio AL.C.; BENTZ, Ione M.G & PINTO, Milton J. (org.) **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Petrópolis: Vozes, 1998. p.99-106.

³⁶ GUEDES, Olga. Os estudos de recepção, etnografia e globalização. In: RUBIM, Antonio AL.C.; BENTZ, Ione M.G & PINTO, Milton J. (org.) **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Petrópolis: Vozes, 1998. p107-118.

³⁷ LOPES, Maria Immacolata V.de; BORELLI, Silvia H.S. & RESENDE, Vera da Rocha. **Vivendo a telenovela: mediações, recepção, teleficcionalidade**. São Paulo: Summus, 2002.

profissional, uma comunidade etc.) e, em geral, objetiva observar como se processa a recepção das mensagens dos mass media, como elas são entendidas, decodificadas e reelaboradas. Pode também ter a finalidade de observar os processos comunicativos interpessoais, grupais ou comunitários, envolvendo os mass media ou outros processos de comunicação como os grupais e meios alternativos de comunicação.

Segundo Paulo Mancini³⁸ (apud (SAPERAS, 1998, p.164-165)³⁹, as finalidades da análise etnográfica são: o estudo da recepção televisiva no marco das atividades cotidianas e dos grupos primários (família, amigos, grupo escolar etc.) ou de segmentos homogêneos de população (donas de casa, jovens, aposentados, trabalhadores em greve, trabalhadores agrupados por segmento econômico etc); a interação que se produz entre a televisão e o receptor individual; a relação entre receptor e receptor; relação entre receptores e a situação de recepção ou de consumo; o uso do meio por parte do público receptor; observar os efeitos de comunicação; a interpretação das mensagens recebidas; a análise da interpretação; interpretação dos processos codificação/decodificação; análises da capacidade de discriminação das hierarquias presentes nos noticiários televisivos.

Há que se dizer ainda, que toda investigação etnográfica pressupõe a observação participante, mas que nem toda observação participante é etnográfica. A etnografia está mais preocupada com os elementos constitutivos do cotidiano e que perpassam as relações das pessoas com a mídia na perspectiva da construção de significados a partir da exposição aos conteúdos do meio de comunicação, no universo da cultura. A observação participante pode abarcar não só estudos de recepção de mensagens da televisão ou de outros meios, de caráter massivo ou comunitário, mas estar interessada em captar outros processos comunicacionais, tais como: sistema de gestão de um meio comunitário de comunicação, mecanismos de participação popular na programação, bastidores dos momentos de produção de uma telenovela, modalidades de comunicação grupal, tipo de relações e interferências num departamento de produção jornalística, relações entre pares e suas idiossincrasias num departamento de criação em agência de publicidade e assim por diante.

b) Pesquisa participante:

³⁸ MANCINI, Paulo. **Guardando il telegiornale**. Roma:RAI/VQPT. N.108, Nuova Eri, 1991.

³⁹ Tradução nossa.

- O pesquisador se insere, participa de todas atividades do grupo pesquisado, ou seja ele acompanha e vive (com maior ou menor intensidade) a situação concreta que abriga o objeto de sua investigação, como na observação participante, mas variando nos aspectos discutidos abaixo.
- O investigador interage como membro. Além de observar, ele se envolve, assume algum papel no grupo. Trata-se de uma opção que exige muita maturidade intelectual; acentuada capacidade de distanciamento a fim de não criar vieses de percepção e interpretação – o que não quer dizer neutralidade; e responsabilidade para com o ambiente pesquisado de modo a não interferir demasiadamente no grupo ou criar expectativas que não poderão ser satisfeitas, até pela circunstância de posição transitória do pesquisador no grupo.
- O grupo pesquisado conhece os propósitos e intenções do investigador, e normalmente concordou previamente com a realização da pesquisa.
- O pesquisador pode ser membro do grupo ou se inserir apenas para realizar a pesquisa.
- O pesquisador normalmente se compromete a devolver os resultados da investigação ao grupo ou comunidade pesquisados.

Nesta modalidade, a pesquisa participante⁴⁰ na área da comunicação tem se concretizado

num tipo de investigação em que o pesquisador interage com o grupo pesquisado, acompanha as atividades relacionadas ao “objeto” em estudo e desempenha algum papel cooperativo no grupo. Em geral, esse acompanhamento ocorre apenas em parte à vida do grupo e/ou das ações que se relacionam diretamente com o objeto investigado. Exemplo: um pesquisador que esteja estudando uma rádio comunitária num bairro, não precisa morar nele, mas sim participar de todas as reuniões da equipe de comunicação, acompanhar o processo de produção e difusão de programas, de momentos em que a rádio está no ar e de todas as demais atividades relacionadas à rádio, como uma eventual visita ao Ministério da Comunicações ou uma passeata. É recomendável ainda que participe de outras atividades importantes, tais como festas, comemorações especiais etc.

⁴⁰ Que também já foi chamada de investigação militante, assim como o foi a pesquisa-ação.

A pesquisa participante pode se originar do interesse do investigador ou de um grupo que objetiva conhecer melhor seus processos de comunicação. Nas palavras de Maria Ozanira da Silva e Silva (1986, p. 153): “pode o pesquisador, juntamente com os grupos elaborar e desenvolver, conjuntamente, uma proposta de investigação ou, ainda, a proposta pode se originar do investigador e contar com a participação dos grupos interessados”.

Em geral a motivação é compreender de modo sistemático e com base científica, os processos de comunicação existentes, como forma de identificar suas inovações, virtudes e avanços, mas também as falhas, desvios de práticas comunicacionais, levantar as práticas participativas e de gestão, entender os mecanismos de recepção de mensagens e auscultar as aspirações dos receptores de modo a aperfeiçoar o trabalho desenvolvido nos meios de comunicação grupais ou midiáticos de alcance comunitário ou local. Paralelamente poderá ter a preocupação de documentar a história das experiências consideradas relevantes e dignas de serem registradas e dadas a conhecer a outros públicos - como o acadêmico - e ao conjunto da sociedade.

Trata-se de um estilo de pesquisa próximo ao da pesquisa-ação, distinguindo-se, essencialmente, no que diz respeito ao processo de realização da pesquisa, que neste caso reserva mais autonomia ao pesquisador, tendo em vista que as decisões sobre os objetivos da pesquisa e demais processos de coleta e interpretação dos dados não contam com a interferência do grupo investigado. Os resultados da investigação são devolvidos ao grupo, em geral, apenas depois da conclusão da pesquisa.

c) Pesquisa-ação:

- Na pesquisa-ação são repetidas todas as cinco características da pesquisa participante acima elencadas, acrescentando:
- O grupo não apenas sabe que está sendo investigado como conhece os objetivos da pesquisa e participa do processo de realização da mesma.
- Implica o envolvimento do pesquisador no ambiente investigado e também no engajamento das pessoas deste grupo no processo da pesquisa. Elas participam da formulação do problema e dos objetivos, ajudam no levantamento dos dados e se envolvem na discussão dos resultados.

- A pesquisa tem o propósito de contribuir para solucionar alguma dificuldade ou problema real do grupo pesquisado.
- Os resultados – e o próprio processo da pesquisa - se revertem em benefício do grupo, pois servem de subsídios para o encaminhamento de soluções demandadas in loco.

A pesquisa-ação, na definição de Michel Thiollent (2003, p.14), é “um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo e participativo”.

Como esclarece Guy Le Boterf (1987, p.51-52), na pesquisa tradicional a população pesquisada é considerada passiva, como simples reservatório de informações, incapaz de analisar a sua própria situação e de procurar soluções para seus problemas. Nesse caso, a pesquisa fica exclusivamente a cargo de “especialistas” (sociólogos, economistas etc.), pois somente estes possuiriam a capacidade de formular os problemas e de encontrar formas de os resolver. Desse modo, os resultados da pesquisa ficam reservados aos pesquisadores, e a população não é levada a conhecer tais resultados e menos ainda discuti-los. Enquanto, a pesquisa participante⁴¹ vai, ao contrário, procurar auxiliar a população envolvida a identificar por si mesma os seus problemas, a realizar a análise crítica destes e a buscar as soluções adequadas. Desse modo, a seleção dos problemas a serem estudados emerge da população envolvida que os discute com especialistas apropriados, não emergindo apenas da simples decisão dos pesquisadores.

Na área da comunicação, a pesquisa-ação quando desenvolvida procurou contribuir para subsidiar a melhoria dos modos de comunicação dos grupos populares. No entanto, a literatura disponível⁴² indica ter havido mais aplicação da metodologia da pesquisa participante do que da pesquisa-ação, às vezes até sob o nome de pesquisa-ação.

Em qualquer uma das três modalidades, paralelamente à observação direta, o

⁴¹ O autor chama de pesquisa participante, mas de fato a proposta explícita e implícita nesse tipo de pesquisa é típica da pesquisa-ação. O autor não usa a denominação de pesquisa-ação no decorrer do texto citado.

⁴² Provavelmente muitas das pesquisas realizadas nessa perspectiva na América Latina não galgaram ampla divulgação, o que limita o acesso ao conhecimento produzido.



pesquisador pode aplicar técnicas complementares de coleta de dados como a entrevista (tanto no formato semi-estruturada, como a entrevista em profundidade - a história oral, por exemplo), análise documental e o estudo de dados secundários (informações já disponíveis em órgãos públicos e privados ou de instituições vinculadas ao próprio grupo pesquisado etc.).

Pressupostos metodológicos

a) **Questão do método**

A discussão sobre o método na pesquisa qualificativa e, especialmente, na pesquisa participante, é muito rica e sem fim previsível. Trata-se de um grande embate entre correntes distintas de pensamento, como a positivista, a fenomenológica e a dialética, no qual não há vencedores, nem vencidos. Há controvérsias. Cada um tem suas razões e convicções. Um e outro não tem predisposição alguma de ceder em suas posições, já que se fundam em paradigmas científicos, ou em concepções e teorias de ciência, que são antagônicos entre si.

A discussão toca na questão da cientificidade dos resultados, ou seja na discussão sobre em que situação investigativa os resultados são confiáveis e válidos, do ponto de vista científico. As questões de fundo são a da **objetividade científica**, defendida por uns, e na **pseudo neutralidade da ciência**, apontada por outros, conforme explicitamos em páginas antecedentes. É nesta perspectiva que a não neutralidade, claramente assumida pelos pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa participante, é apontada como comprometedora dos resultados da investigação.

Falar em pressupostos metodológicos é apontar para uma questão do âmbito da epistemologia da ciência, quer dizer, para o estudo crítico dos princípios, hipóteses e resultados do conhecimento científico. Portanto, para uma compreensão da pesquisa participante no contexto dos estudos de comunicação social, há que se discutir os pressupostos metodológicos dessa pesquisa, que indubitavelmente conduz à discussão da relação sujeito-objeto. Na pesquisa participante – nas modalidades engajadas – essa relação é modificada já que potencializa a transformação do objeto em sujeito.

Como diz Orlando Fals Borda (1981, p.59), o propósito não é formar um novo paradigma científico para substituir qualquer um já existente, através da pesquisa participante. No entanto, podemos nos aproximar de um tipo de brecha

metodológica se os pesquisadores engajados seguirem os efeitos dinâmicos do rompimento da díade sujeito-objeto que esta metodologia exige como uma de suas características básicas. São muito evidentes as potencialidades de se obter um novo conhecimento sólido a partir do estabelecimento, na pesquisa de uma relação mais proveitosa sujeito-objeto, isto é, uma completa integração e participação dos que sofrem a experiência da pesquisa.

Paulo Freire (1981, p.35) é mais enfático:

se minha opção é libertadora, se a realidade se dá a mim não como algo parado, imobilizado, posto aí, mas na relação dinâmica entre objetividade e subjetividade, não posso reduzir os grupos populares a meros objetos de minha pesquisa. Simplesmente, não posso conhecer a realidade de que participam a não ser com eles como sujeitos também deste conhecimento que, sendo para eles um conhecimento anterior (o que se dá ao nível da sua experiência cotidiana) se torna um novo conhecimento.

Trata-se de uma posição que se contrapõe à ciência que se auto proclama de neutra por lidar com o conhecimento objetivo, aquele proveniente de procedimentos tecnicamente controlados em laboratório ou através de outros instrumentos em cálculos matemáticos ou análise fria de documentos, portanto tidos como imunes ao subjetivismo humano.

Afinal, um conhecimento objetivo, atual e rigoroso não tolera a interferência dos valores humanos ou religiosos. Foi nesta base que se construiu a dicotomia sujeito-objeto. No entanto, a distinção sujeito-objeto nunca foi tão pacífica nas ciências sociais quanto nas ciências naturais (SANTOS, 1999, p.50).

A transformação da relação sujeito-objeto em sujeito-sujeito não implica a aceitação da interferência deliberada do subjetivismo e de pré-conceitos fincados em pressupostos político-ideológicos indubitavelmente presentes em cada pesquisador, a observação de um fenômeno comunicacional, tão pouco a interpretação e análise dos dados observados. Do pesquisador engajado espera-se maturidade intelectual suficiente para processar sua investigação com base em hipóteses ou questões de pesquisa sustentadas em teorias e, ainda, que possa captar os movimentos do fenômeno tais como são, portanto distanciando-se de



suas idiossincrasias e de um olhar parcial, superficial ou falso da realidade, o que em absoluto significa acreditar na possibilidade de neutralidade na ciência.

Concordamos com Edgar Morin (2001, p.311) quando ele diz:

não condeno, ao contrário, adiro plenamente à rejeição científica necessária do subjetivismo, isto é, da idiossincrasia afetiva, do egocentrismo, da etnocentrismo, da opinião arbitrária. Mas, importa distinguir a realidade da subjetividade e a ilusão do subjetivismo. É porque esta distinção não foi operada que a luta elucidativa contra o subjetivismo tornou a ciência cega para o sujeito. Aqui, quero mostrar que o desenvolvimento da luta contra o subjetivismo exige o reconhecimento do sujeito e a integração crítica da subjetividade na busca da objetividade.

b) Papel do pesquisador

Se no item precedente realçamos o papel do objeto, melhor dizendo, do sujeito da investigação. Outro aspecto importante, intrinsecamente ligado à questão anterior – aqui separada apenas com intenções didáticas – diz respeito ao papel do observador, ou seja do outro sujeito, no processo de pesquisa participante.

É importante, primeiro, porque o pesquisador pode modificar o contexto que pretende investigar, qualquer que seja a sua condição de inserção: tanto se for alguém de fora que se insere num grupo apenas para observá-lo, como se for alguém que se envolve de modo a tornar-se parte ativa – com a postura de interferência proposital – tendo por base o objetivo não só de coleta de dados, mas contribuir com o avanço do grupo.

Segundo, ao mesmo tempo que o investigador pode interferir no grupo pesquisado, ele se torna receptáculo de influências estando sujeito a transpor um subjetivismo que poderia comprometer o estudo. Apesar de todos os cuidados que se pressupõe sejam tomados por quem faz uma pesquisa participante, até em função da disponibilidade de técnicas neste sentido – esse fator é dos pontos durante criticado, justamente por ser considerado transgressor dos princípios da neutralidade e, conseqüentemente, comprometedor dos resultados.

A observação depende da capacidade do pesquisador, como fala claramente Jesús Galindo Cáceres (1998, p.350): “a etnografia depende menos de instrumentos de registro e mediação do que de outras formas técnicas de pesquisa, aqui o investigador está no centro,

tudo depende de sua formação, a diferença entre um novato e um especialista é enorme e definitiva”. Por isso, esse tipo de pesquisa é difícil de ser realizada. Seus pressupostos teóricos e metodologias, bem como a confluência de técnicas⁴³, podem desempenhar papel fundamental na obtenção de resultados válidos cientificamente.

Terceiro, a presença do pesquisador pode ser revelada ou encoberta⁴⁴, formal ou informal⁴⁵, fazer parte integral ou periférica⁴⁶. Qualquer que seja a estratégia adotada exige-se do pesquisador a definição clara do problema de pesquisa e dos procedimentos metodológicos corretos e delineadas as estratégias de evitar as possíveis distorções de modo a não comprometer os resultados.

c) Tempo necessário de permanência no campo

Outra questão importante é quanto ao período de tempo necessário para permanência do investigador no ambiente estudado. Não existe um tempo ideal que possa ser pré-fixado. Depende do tipo de objeto, de quão rápido ou demoradamente ele se revela ao investigador, das condições em que os mecanismos internos do “objeto” se dão a conhecer ao pesquisador e da capacidade deste em captar suas manifestações explícitas e implícitas. Mas, é óbvio que o tempo não pode ser curto demais. Poderão ser meses, um ano ou mais.

“O etnógrafo não pode ter pressa, ainda que a tenha. [...] Uma observação com ênfase etnográfica supõe que o observador esteja ali, onde busca o sentido, dia após dia, semana após semana, mês a mês. O que ocorre em uma ocasião pode não ser importante ou pode ser o centro” (GALINDO CÁCERES, 1998, p.353).

d) Retorno do conhecimento

A devolução dos resultados do estudo científico àqueles que foram pesquisados é algo esperado e às vezes até exigido pelos grupos. Afinal é uma forma de perceberem que os resultados da pesquisa estarão ao seu dispor e poderão subsidiar o auto-conhecimento do

⁴³ Fazer uso simultaneamente de outras técnicas, além da observação direta, como a entrevista em profundidade, o estudo de documentos e a triangulação.

⁴⁴ Diz-se encoberta quando o observador escamoteia a sua condição de pesquisador. Quando o grupo não sabe que está sendo investigado.

⁴⁵ Se a inserção do pesquisador passa por algum processo de autorização formal do grupo pesquisado.

⁴⁶ Inserção integral é quando o pesquisador passa a viver todos os momentos e realizações do grupo. Periférica seria quando ele só acompanha as partes os sessões de trabalho que tem relação direta com o objeto de estudo.



grupo e às ações em prol da melhoria de processos organizativos e de comunicação interna e externa.

Não raro alguns grupos, tais como comunidades, grupos étnicos, organizações etc., se sentem como servindo apenas de “laboratório” para pesquisas acadêmicas ou mercadológicas. Respondem a entrevistas, se deixam ser observados, fotografados, filmados, mas não tem acesso aos resultados. Não é novidade para ninguém que, em geral o conhecimento gerado através de pesquisas retornem exclusivamente à “comunidade” científica, aos institutos de pesquisa ou às instituições que contrataram as pesquisas.

Desse modo, também neste quesito a pesquisa participante procura romper com os padrões vigentes.

Considerações finais

A pesquisa qualitativa é extremamente válida para estudos em que as evidências de natureza qualitativa trazem um tipo de conhecimento que o dado quantitativo, ou a informação estatística não consegue captar em sua plenitude. Por exemplo, a re-elaboração que a pessoa faz de uma mensagem, os valores, determinadas atitudes, pressupostos ideológicos, indicadores de funcionamento de uma organização complexa, a participação popular nos vários níveis do processo de comunicação etc.

A pesquisa participante, assim como outras modalidades de estudos qualitativos, se concretizam na coleta e análise de dados primários empíricos. Ela se ancora na integração entre o pesquisador e o grupo estudado e dessa relação que depende a captação adequada dos dados. Se eles forem escamoteados, sonogados ou mal compreendidos, toda a pesquisa pode ficar comprometida.

Por não se valer de instrumentos mensuráveis, ela implica em menos controle por parte do pesquisador. Na verdade vai depender basicamente da capacidade do investigador em captar, compreender, interpretar e analisar o fenômeno.

Esse tipo de pesquisa não acredita na neutralidade da ciência enquanto pressuposto epistemológico, mas se declara favorável ao distanciamento investigativo de modo a não se confundir o que realmente ocorre com conceitos prévios ou intenções valorativas do pesquisador.



A pesquisa participante tem se configurado em três modalidades: observação participante, pesquisa participante e pesquisa-ação. Enquanto as duas últimas representam um tipo de pesquisa engajada aos grupos investigados e voltada para o desenvolvimento social ou das organizações, a primeira conserva um caráter mais equidistante no que diz respeito à relação sujeito-objeto.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. THIOLENT, Michel J.M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987. p.137-151.

BOTERF, Guy Le. Pesquisa participante: propostas e reflexões metodológicas. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3^a.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987 p.51-81.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques & SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.

CAJARDO, Marcela. Pesquisa participante: propostas e projetos. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.) **Repensando a pesquisa participante**. 3^a.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p.15-50.

FALS BORDA, Orlando. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.) **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 42-62.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazer-la melhor através da ação. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (Org.) **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.p.34-41.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 3^a.ed. Rio e Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GALINDO CÁCERES, Jesús (Coord.) **Técnicas de investigación en sociedad, cultura y comunicación**. México: Pearson / Addison Wesley Longman, 1998.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 2^a.ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

JAPIASSU, Hilton. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

KAPLÚN, Mario. El estudio de la recepción: un área prioritaria de investigación-acción ante los nuevos desafíos. In: MARQUES DE MELO, José (Coord.) **Comunicación**



latinoamericana: desafíos de la investigación para el siglo XXI. São Paulo: ALAIC/ECA-USP, 1992.

MATA, Maria Cristina. A pesquisa-ação na construção do alternativo. In: MARQUES DE MELO, José. **Teoria e pesquisa em comunicação:** panorama latino-americano. São Paulo: Cortez/Intercom, 1983.

MORIN, Edgar. **O método II:** a vida da vida. Tradução de Marina Lobo. Porto Alegre: Sulina, 2001.

RONSINI, Veneza V. Mayora. A etnografia crítica da recepção: miniatura em campo. **Revista Comunicação e Sociedade**, n. 39, p.33-50, 2003. São Bernardo do Campo: UESP.

SANTOS, Boa Ventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências.** 11^a.ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SAPERAS, Eric. **Manual básico de teoria de la comunicación.** Barcelona: CIMS, 1998.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Refletindo a pesquisa participante.** São Paulo: Cortez, 1986.

THIOLLENT, Michel. Pesquisa-ação no campo da comunicação sócio - política. **Revista Comunicação e Sociedade.** n.4, p.63-79, 1980. São Bernardo do Campo: UESP.

THIOLLENT, Michel. Problemas de metodologias de pesquisa-ação. In: MELO, José Marques de (Org.) **Teoria e pesquisa em comunicação:** Panorama latino-americano. São Paulo: Cortez/Intercom, 1983. p.130-138.

THIOLLENT, Michel J.M. **Crítica metodológica, investigação social e enquête operária.** São Paulo: Polis, 1987.

THIOLLENT. Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** 12^a ed. São Paulo: Cortez, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais.** São Paulo: Atlas, 1990.

VIZER, Eduardo A . **La trama (in)visible de la vida social:** comunicación, sentido y realidad. Buenos Aires: La Crujía, 2003.